

R C & C

REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

SISTEMA DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO EM UBERLÂNDIA/MG

**FINANCIAL INFORMATION SYSTEM FOR MICRO AND SMALL ENTERPRISES:
STUDY AT UBERLÂNDIA-MG**

Recebido em 05.07.2010 | Aceito em 30.07.2010 | 2ª versão aceita em 27.08.2010 |

Nota: este artigo foi aceito pelos Editores Romualdo Douglas Colauto e Ademir Clemente e passou por um avaliação *double blind review*

EDUARDO MENDES NASCIMENTO

Mestrando em Contabilidade | Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria | Universidade Federal de Minas Gerais | Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha – Belo Horizonte – Minas Gerais | Telefone: (31) 3409 7069 | E-mail: e.mn@uol.com.br.

JACQUELINE VENEROSO ALVES DA CUNHA

Doutora em Contabilidade | Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria | Universidade Federal de Minas Gerais | Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha – Belo Horizonte – Minas Gerais | Telefone: (31) 3409 7069 | E-mail: jvac@face.ufmg.br.

RICARDO RODRIGUES BARBOSA

Doutor em Administrações de Empresa | Universidade Federal de Minas Gerais | Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha – Belo Horizonte – Minas Gerais | Telefone: (31) 3409 7069 | <http://ricardobarbosa.eci.ufmg.br>.

RESUMO

Segundo o Sebrae-SP, 98% das empresas brasileiras são PMEs, porém 64% fecham as portas antes de completar 06 anos. Em razão disso, foi realizado um levantamento, por meio de um questionário, com 41 gestores desse tipo de empresa, todas com sede em Uberlândia/MG, para verificar se existe um sistema de informação que faculte às pequenas e microempresas conhecimento adequado sobre sua situação financeira. Constatou-se que a falta de preparo dos sócios afeta o gerenciamento financeiro das empresas investigadas, já que 66% dos pesquisados não têm definições fundamentais para basearem suas decisões, o que, por sua vez, aparentemente, vem da falta de treinamento, na medida em que 60% não buscam adquirir ou aperfeiçoar o conhecimento. O despreparo que os gestores demonstram gera impacto na empresa, pois não estão atentos à necessidade de levantar informações fundamentais, como orçamento de caixa, bastando observar que 27% não o fazem e outros 27% o fazem apenas uma vez ao mês. Tal constatação repercute na especulação quanto à necessidade de caixa, pois 49% não sabem se há necessidade de captar ou aplicar os recursos. A

abordagem mais satisfatória gira em torno da inadimplência, porque 63% sabem de quanto é e 29% têm uma ideia aproximada. No entanto, os problemas se agravam quando se verifica que 74% das empresas têm assistência mensal de um contador, 13%, de um administrador, e 9%, de um advogado, agentes que poderiam auxiliar os sócios na estruturação e tratamento das informações que fossem necessárias para o conhecimento adequado da situação financeira da empresa, inclusive contribuindo para escolhas tendentes a maximizar a lucratividade.

Palavras-chave: Sistema de Informação; PMEs, Pequenas e Microempresas; Gestão de PMEs.

ABSTRACT

According to Sebrae-SP, 98% of Brazilian companies are SMEs (Small and Micro Enterprises), but 64% of them close their doors before completing 06 years. As a result, a survey was conducted, applying a questionnaire to 41 managers of such enterprises, all based at Uberlândia (Brazil), to see if there is an information system to supply small and micro enterprises adequate knowledge about their financial situation. It was found that the partners unpreparedness affects the financial management of the investigated companies, since 66% of respondents do not have key definitions to base their decisions, demonstrating the consequences from training lack, as where 60% do not seek to acquire or improve knowledge. The preparation lack shown by managers cause impact to the company, since they are not aware of the need to raise key information, such as cash budget, being sufficient to note that 27% do not do that and another 27% do so only once a month. This finding echoes in speculation about the need for cash, because 49% do not know if there is need to capture or apply the resources. More satisfactory approach revolves around the default, because 63% know how much it is and 29% have an approximate idea. However, the problems get worse when it occurs that 74% of companies have monthly assistance of an accountant, 13% of an administrator, and 9% from a lawyer. These agents could assist the partners in necessary information structuring and processing for the adequate knowledge of the company's financial situation, including contributing to choices in order to maximize profitability.

Keywords: Information System, SMEs, Small and Micro Enterprises, SMEs Management.

I INTRODUÇÃO

Segundo Porter (2004), a concorrência na qual uma empresa se insere no momento em que resolve atuar num determinado mercado age de forma constante no sentido de diminuir a taxa de retorno sobre o capital investido na direção da taxa competitiva básica de retorno. Da mesma forma, quando se enfoca o mercado para as Pequenas e Microempresas (PMEs), vê-se o quão acirrada é essa concorrência, o que tem impacto direto na sua rentabilidade e perenidade. Uma pesquisa realizada pelo Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresa de São Paulo – Sebrae-SP (2008) demonstrou que as PMEs representam 98% das empresas em todo o país, mas 64% delas encerram as atividades antes de completar 06 anos. O que também se torna digno de observação é o fato de esse tipo de empresa representar 53% dos empregos com carteira assinada criados entre 2000-2004 no Estado de São Paulo.

Analizados os motivos que ocasionam o encerramento das atividades das Pequenas e Microempresas (PMEs) encontram-se três que têm maior representatividade: falta de capital,

25% (vinte e cinco por cento); inadimplência, 19% (dezenove por cento); e administração, 11% (onze por cento) (SEBRAE-SP, 2005). Pelo exposto, pode-se concluir que 44% dessas empresas encerram as atividades por questões financeiras e 11% por despreparo no que tange à administração.

Dada a importância desse tipo de empresa para a economia, cabe às áreas científicas voltarem suas atenções para esse setor econômico, de forma a possibilitar a perenidade das PMEs, facultando-lhes a acessibilidade aos conhecimentos e financiamento de capital de que elas carecem.

Como contribuição aos estudos voltados às empresas de pequeno e micro porte, o objetivo deste trabalho é verificar se existe um sistema de informação que faculte às pequenas e microempresas conhecimento adequado sobre sua situação financeira. A presente pesquisa ganha relevância na medida em que as informações financeiras são determinantes para dois dos quesitos informados como os mais recorrentes, no trabalho do Sebrae-SP, na qualidade de motivadores da falência dos pequenos negócios. Tais informações estão relacionadas diretamente com a capacidade que o gestor tem de interagir e dominar o sistema de informação que a entidade possui (BUENO; LEITE; PILATTI, 2004).

Beraldi e Filho (2000) consideram que as PMEs têm dificuldades em adquirir subsídios tecnológicos para a própria gestão devido a questões financeiras, todavia, observa-se que, mais recentemente, o custo de computadores e software torna-se cada vez menor, possibilitando ao pequeno empresário investir nesses itens para auxiliá-lo na gestão do próprio negócio.

Os recursos mencionados são importantes para a gestão das PMEs porque possibilitam o aprimoramento dos processos das empresas, melhorando seu desempenho (MENDES; FILHO, 2002). De forma complementar, há de se considerar questões pertinentes a qualquer sistema de informação, tais como oportunidade da informação e sua utilidade e capacidade do uso, itens relevantes para a boa utilização dos recursos tecnológicos que integram o sistema de informação financeira de qualquer entidade (ALVIM, 1998).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DAS EMPRESAS

Alguns estudos definem uma firma como pequena ou grande baseados na quantidade de empregados (GIMENEZ et al., 1999, BERALDI; FILHO, 2000; OTTOBONI; PAMPLONA, 2001). A justificativa para esse indicador recai sobre três aspectos: facilidade de se obter a informação; as empresas pesquisadas concordam em revelar essa variável ao pesquisador; e, por último, é mais facilmente controlada (OTTOBONI; PAMPLONA, 2001). Conforme Filion, citado por Ottoboni e Pamplona (2001), a literatura internacional adota com maior frequência a quantidade de funcionários para determinar o porte das empresas (Tabela 1).

Tabela 1: Classificação de porte de empresa segundo Filion

NÚMERO DE EMPREGADOS	TIPO DE EMPRESA
001 – 003	Autoempregado
004 – 050	Pequena
051 – 200	Média
201 ou +	Grande

Fonte: Ottoboni e Pamplona (2001).

O Brasil tem três órgãos que apresentam análises, regulamentações e apoio para empresas de pequeno e médio porte: Sebrae, Receita Federal do Brasil (RFB) e Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). Cada órgão apresenta uma forma diversa de reconhecimento de uma empresa como sendo pequena, média ou grande.

A RFB classifica as empresas com base no faturamento, conforme mencionado na Lei Complementar 123 de 14/12/2006 (Tabela 3). Já o Sebrae utiliza o número de empregados ou o faturamento, contudo, quando classifica uma empresa analisando o faturamento, tal entidade utiliza o mesmo método que a RFB. A classificação seguida pelo Sebrae é exposta na Tabela 2.

O CPC divide as empresas em Sociedades Anônimas, Grandes, Pequenas e Médias. Tal classificação é utilizada por esse órgão para determinação dos regulamentos (pronunciamentos técnicos) a serem obedecidos. A classificação utilizada pelo CPC está expressa na Lei 11.638 de 28/12/2007 e no Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado em 04/12/2009. Dessa maneira, as Tabelas 2, 3 e 4 apresentam um direcionador que se revela apropriado a cada instituição, dado o foco que elas possuem na qualidade de agências reguladoras, fomentadoras ou apoiadoras das PMEs.

Tabela 2: Classificação de porte de empresa segundo Sebrae-SP

SERVIÇO E COMÉRCIO	INDUSTRIA	TIPO DE EMPRESA
001 – 009 empregados	001 – 019	Microempresas
010 – 049	020 – 099	Pequena
050 – 099	100 – 499	Média
100 ou +	500 ou +	Grande

Fonte: Sebrae-SP (2009)

Tabela 3: Classificação de porte de empresa segundo RFB

FATURAMENTO ANUAL	TIPO DE EMPRESA
R\$ 0 – R\$ 240 mil	Microempresas
R\$ 241 mil a R\$ 2,4 milhões	Empresa de Pequeno Porte

Fonte: Adaptado da Lei Complementar 123 (2006).

Tabela 4: Classificação de porte de empresa segundo CPC

ATIVO TOTAL	FATURAMENTO ANUAL	TIPO DE EMPRESA
R\$ 0 a R\$ 240 milhões	R\$ 0 a R\$ 300 milhões	Pequenas e Médias
R\$ 241 ou +	R\$ 300 ou +	Grande
Não Especifica	Não Especifica	Sociedade Anônima

Fonte: Adaptado da Lei 11.638 (BRASIL, 2007) e Pronunciamento Técnico PME (2009).

Entretanto, conforme já mencionado, o direcionador de número de empregados é o mais indicado para os trabalhos científicos, pelo que foi apresentado e também por atribuir um

aspecto mais objetivo à pesquisa, bem como permitir um maior grau de comparabilidade entre as entidades que vierem a ser selecionadas.

2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO E ACESSO À TECNOLOGIA PMES

A definição do que vem a ser um Sistema de Informação (SI) ainda sucinta discussão. Alguns autores o definem como um conjunto de componentes e softwares que servem para capturar, armazenar, processar, sistematizar e apresentar dados de forma lógica e passível de cognição (AMARAL, 1994, FILHO, 1994, PEREIRA, 2003, FILHO; LUDMER, 2005). Tal ideia significa que um sistema de informação é como um processo de transformação de dados em informação (ANDRADE JR., 2003).

Contudo, formula-se, também, o entendimento de que um SI abarca mais do que os componentes e ferramentas tecnológicas. Fala-se em um conjunto de rede social, no qual se integra todo um conjunto de informação disponível que pode estar dentro de um aparato tecnológico ou em outro lugar (FILHO, 1994, PEREIRA, 2003, ANDRADE JR., 2003, FILHO; LUDMER, 2005). Nesse sentido, o SI se torna um conjunto complexo composto de recursos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros (ANDRADE JR., 2003).

Um SI é composto de dados, informação e conhecimento. Conforme Pereira (2005), dados correspondem ao armazenamento da informação ou conhecimento, de modo que o dado por si só não possui relevância; informação é a sistematização dos dados, de forma a possibilitar algum significado; e conhecimento é a utilização da informação para gerar outra, tomar decisão ou resolver problemas. No Quadro 1 apresenta-se de maneira esquematizada este raciocínio.

Quadro 1: Diferenciação entre Dados, Informação e Conhecimento

DADOS	INFORMAÇÃO	CONHECIMENTO
Simple observação do estado do mundo	Dados dotados de relevância e propósito	Informação valiosa da mente humana; inclui reflexão, síntese e contexto
Facilmente estruturado	Requer unidade de análise	De difícil estruturação
Facilmente obtido por máquinas	Exige consenso em relação ao significado	De difícil captura em máquinas
Frequentemente quantificado	Exige, necessariamente, a medição humana	Frequentemente tácito
Facilmente transferível	Facilmente transferível	De difícil transferência

Fonte: Pereira (2005).

No sentido social, um SI torna-se um instrumento diferenciador de competitividade, dada a necessidade de as empresas buscarem formas de obter vantagem no conhecimento disponível (PEREIRA, 2003). Para tanto, imprescindível se faz investir em tecnologias e capacitação para utilizá-las.

O Sebrae-SP (2008) pesquisou as PMEs e descobriu que 75% das empresas pesquisadas em todo território brasileiro possuem ao menos um computador que utilizam para finalidades diversas: acesso à Internet (63%), cadastro de clientes (59%), emissão de nota fiscal (24%), controle financeiro (2%), entre outras. Esse resultado, portanto, aponta que a maioria das empresas possui acesso à informática e a algum outro recurso tecnológico. Mas o que se deve verificar é o emprego que se dá aos recursos.

Beraldi e Filho (2000) desenvolveram uma pesquisa para averiguar a utilização dos recursos tecnológicos nas PMEs. Os autores relatam que, mesmo que as empresas menores tenham acesso a algum tipo de tecnologia, elas não a empregam adequadamente, em face de ausência de planejamento quando da aquisição.

De forma complementar, Alvim (1998) relata que as PMEs possuem vocação natural para aplicação de tecnologias já desenvolvidas, ou seja, não têm capacidade para investir em pesquisa e desenvolvimento, o que corrobora o entendimento de que as PMEs investem em tecnologias, mas não planejam tal gasto.

Nota-se que a pesquisa do Sebrae-SP (2008) é feita com maior abrangência (nacional) e a de Beraldi e Filho (2000) tem uma amostra pequena (10 empresas). Todavia, os resultados são igualmente coincidentes e evidenciam a deficiência das PMEs quanto ao aproveitamento do potencial tecnológico.

O que se percebe, portanto, é que o planejamento do investimento em alguma tecnologia é o meio de que os gestores das pequenas e microempresas dispõem para garantir a melhoria de um SI (ALVIM, 1998, BERALDI; FILHO, 2000, MENDES; FILHO, 2002). Porém, como se observa na pesquisa do Sebrae-SP (2008) e de Beraldi e Filho (2000), falta estratégia nas PMEs. Na primeira pesquisa, isto fica evidente quando se conclui que 2% das empresas analisadas utilizam controle financeiro. Na segunda, o mesmo apontamento é corroborado quando se verifica que 6% da empresas pesquisadas planejam a aquisição de um equipamento.

2.3 GESTÃO DE PEQUENAS E MICROEMPRESAS

As PMEs, tal qual ocorre com as demais, deparam-se com a necessidade de aumentar a capacidade competitiva e o fluxo de informação úteis (PEREIRA, 2003). Porém, como concluem as pesquisas mencionadas, as empresas menores têm a própria competitividade comprometida em razão da ausência de planejamento e investimento em SI (PEREIRA, 2003, ALVIM, 1998).

Diversos autores tratam da maneira como o conhecimento repercute em diferencial competitivo (PEREIRA, 2003, ALVIM, 1998, BERALDI; FILHO, 2000, MENDES; FILHO, 2002, FILHO; CALDAS, 2008, MORESI, 2000, FILHO, 1994). A gestão do conhecimento representa ponto cardeal na gestão das PMEs, todavia, conforme levantado pelo Sebrae-SP (2005), os gestores sentem dificuldades na administração, pois é comum não possuírem conhecimento de gestão. A dificuldade que os gestores relatam influencia na perenidade das empresas, pois o conhecimento da empresa como um todo é fundamental para o pequeno empresário (COLOSSI; DUARTE, 2000).

Colossi e Duarte (2000, p. 61) explicam que os gestores das pequenas empresas precisam atentar para 7 pontos estratégicos delas: “a) recursos humanos: o sucesso das pequenas empresas está intimamente ligado à capacidade e habilidade de um grupo pequeno de indivíduos, principalmente à competência administrativa do dirigente; b) determinação do produto: a ideia inicial do negócio e a definição ao longo do tempo dos produtos a serem produzidos são fundamentais; c) estrutura administrativa: deve-se adotar a estrutura mais condizente com os objetivos e características do negócio; d) aspectos fiscais e legais: o conhecimento das restrições e facilidades neste campo é decisivo na lucratividade e sobrevivência da empresa; e) planejamento de marketing: o conhecimento do mercado e, em especial, do consumidor é a chave para boas vendas; f) planejamento das finanças: em pequenas empresas, há poucos recursos, os quais devem ser muito bem aplicados; e g) crescimento planejado: a transição de tamanho da empresa é um momento muito delicado.”

Isoladamente, nenhum dos itens provocaria mortalidade da empresa, tampouco o sucesso, mas o conjunto é responsável pela permanência e possível crescimento, tanto quanto pelo fracasso do negócio (COLOSSI; DUARTE, 2000). Entre os itens tratados pelos autores supracitados, observa-se que as questões de cunho financeiro estão integradas e permeando todos os itens, considerando, simploriamente, que uma empresa representa a origem e aplicação de recursos normalmente financeiros.

Matarazzo (2007) afirma que muitas das vezes os problemas de insolvência ou iliquidez nas empresas ocorrem por falta da apropriada administração do fluxo de caixa. Este ponto de vista é compartilhado por Gitman (2004), quando afirma que o planejamento financeiro é um aspecto relevante das atividades da empresa porque permite a orientação para o gestor, a coordenação e o controle das providências tomadas pela organização para atingir os objetivos planejados.

2.4 CARACTERÍSTICA E VALOR DA INFORMAÇÃO

Devido à grande disponibilidade de informações e ferramentas tecnológicas, passou-se a valorizar a qualidade da informação. O importante é ter uma informação adequada, no tempo certo e a um custo apropriado (ALVIM, 1998, BARRETO, 1999, TARAPANOFF et al., 2000).

O valor da informação está na relação custo/benefício, efetividade, pertinência, valor agregado e potencialidade de transferência (BARRETO, 1999, TARAPANOFF et al., 2000). Hendriksen e Breda (1999), ao estudarem as informações contábeis, afirmam que essas características qualitativas de uma informação tornam-na útil. Os autores distinguem, todavia, a qualidade da informação em específicas para usuários daquelas que têm validade para decisões.

Na medida em que uma informação é analisada sob o ponto de vista do usuário, ela dependerá do valor que este vier a lhe atribuir (HENDRIKSEN e BREDA, 1999). Um usuário com maior conhecimento pode preferir informações mais complexas quando comparado a outro usuário que possua um conhecimento menor. O valor da informação pode variar, pois é feito subjetivamente sendo avaliada de acordo com o momento, a forma e a quem chegou (MORESI, 2000).

A valorização de uma informação passa necessariamente pelo conhecimento e preferência do usuário, além da competência cognitiva em distinguir duas informações similares e a facilidade que o usuário possui em decodificar corretamente os símbolos (BARRETO, 1999). Dessa forma, o valor conferido por um usuário a uma informação específica dependerá se ela se transformará em conhecimento a partir da cognição que for possível fazer pelo receptor e do que ela lhe acrescentará.

A característica de validade para decisões, ao contrário do valor da informação, não depende do usuário, pois ela se associa à oportunidade que chega a quem vai usufruir dela e se o que foi apresentado servirá para embasar a decisão (HENDRIKSEN; BREDA, 1999). Considerando que a possibilidade de antecipar expectativas futuras tornou-se um diferencial que possibilita o sucesso, atender a uma necessidade informacional no momento em que surge se tornou um objetivo do SI (ALVIM, 1998). Moresi (2000) apresenta na Figura 1 um esquema no qual procura explicitar a questão da informação e o valor competitivo.

Figura 1: Esquema de Valor da Informação.

Fonte: Moresi (2000).

Para Alvim (1998), é fundamental que as organizações adotem uma abordagem sistêmica para um SI, de forma a permitir a identificação das necessidades do ambiente e atender às expectativas dos usuários de maneira rápida e diversificada, para assim manter a competitividade da empresa.

Moresi (2000) completa valorizando a importância da informação, pois muitas organizações não são sensíveis a alguns excessos na procura e na manutenção desta. A orientação principal que uma organização deve seguir flui no sentido de priorizar a busca e a manutenção da informação crítica, mínima e potencial, nesta ordem. Em relação à informação irrelevante, deve-se evitar o desperdício de recursos na sua obtenção. Contudo, a operacionalização deste comando é muito delicada, porquanto a classificação de uma dada informação, em particular, em uma destas classes é, obviamente, um problema de difícil resolução prática. Para minimizar as dificuldades que os gestores encontram na classificação, é fundamental compreender um princípio, o do valor da informação.

2.5 CUSTO DA INFORMAÇÃO

Cada vez mais, a competitividade que as empresas encontram no mercado vem aumentando. Diante deste fato, as organizações buscam estratégias sustentáveis para assim garantir a própria sobrevivência (FILHO; CALDAS, 2008). As mudanças evidenciaram a função estratégica que a informação assumiu e, a partir disso, a rapidez com que ela chega para auxiliar a tomada de decisão tornou-se ponto crucial nas entidades (ALVIM, 1996).

Entretanto, como em qualquer situação na qual há necessidade de haver gasto financeiro, o custo que um SI requer passa por uma análise de retorno sobre o investimento. Ocorre que as características peculiares que um SI possui tornam essa análise diferente de outras mais comuns (MORESI, 2000).

Por exemplo, quando uma entidade faz a aquisição de uma máquina para a produção, ela consegue mensurar o valor investido e o retorno. Ocorre no caso do SI em que algumas vezes se pode mensurar o valor do investimento quando envolve a compra de um software ou hardware,

mas em outras, não, como investimento para o treinamento dos funcionários que vão lidar com um novo software ou atualização do pessoal e do sistema. Porém, a mensuração quanto ao retorno que um investimento em SI possibilita pode estar disperso em diversos departamentos da empresa (HENDRIKSEN; BREDA, 1999)

A impossibilidade de mensurar precisamente o custo envolvido com desenvolvimento ou readequação de um SI motiva algumas empresas a abandonar o projeto que pretendiam implantar (MENDES; FILHO, 2002). Um diretor apresentado por Hendriksen e Breda (1999) menciona que o custo despendido para produzir uma informação não deve superar os benefícios que proporciona. Portanto, a empresa, ao avaliar o custo envolvendo um SI, deveria ponderar a estratégia e a expectativa futura para assim identificar as necessidades de informação e possibilitar o melhor aproveitamento do recurso (MENDES; FILHO, 2002).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é baseada numa tipologia descritiva, porque buscou fazer um levantamento da realidade da gestão das pequenas empresas que possibilitasse analisar se existe um sistema de informação que lhes faculte conhecimento adequado sobre sua situação financeira.

Conforme Marconi e Lakatos (2000), a pesquisa descritiva expõe o contexto de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais importantes é a utilização de técnica para coleta de dados realizada, sobretudo, por meio de questionários e da observação sistemática.

Dessa forma, para proceder ao levantamento de dados, optou-se por fazê-lo por meio de um questionário. Para Martins e Theóphilo (2007), o questionário é o método de coleta de dados que possibilita elencar um grupo de perguntas ordenadas que, por sua vez, viabilizam mensurar ou descrever a opinião dos sujeitos que se pretende conhecer. O questionário foi composto por perguntas que oportunizaram compreender a formação e o conhecimento que os respondentes possuíam sobre questões relativas à condição, planejamento e controle financeiro das empresas.

Os questionários foram aplicados em 41 pequenas e microempresas, seguindo critérios do Sebrae para essa classificação. Todas as empresas eram de Uberlândia/MG e atuam na área comercial (roupas, utensílios, alimentos e outros) e estavam situadas no Centro da cidade e no bairro Fundinho. Os questionários foram aplicados entre os dias 11 e 23 de dezembro de 2009.

Para a pesquisa, não foi selecionado um grupo específico de empresas, apenas analisado seu enquadramento como pequena ou micro, o que era feito no momento da visita à empresa, considerando ainda a disponibilidade do gestor em atender o pesquisador. Portanto, os questionários foram levados até as empresas e no local foi procurado o proprietário responsável pela gestão financeira ou o empregado com essa atribuição. No período de coleta de dados, foram visitadas 114 empresas que atendiam ao critério de classificação, das quais 41 gestores se dispuseram a responder ao questionário ou agendaram um horário para fazê-lo. Das pessoas que responderam 33 eram sócio-administradores e 8 eram gerentes financeiros.

O questionário foi constituído de 10 perguntas de múltipla escolha que poderiam conter de 3 a 4 alternativas como resposta. As perguntas foram divididas em 5 grupos devido ao objetivo que se pretendia alcançar com cada um.

O primeiro grupo, composto apenas pela pergunta 1, foi imaginado para se levantar quem era o respondente do questionário. Dado o objetivo do trabalho, buscou-se o proprietário ou

empregado que ficasse responsável pelas informações financeiras que a empresa possuísse, havendo, portanto, 3 possibilidades de resposta. A busca por essas pessoas especificamente se deve ao fato de elas possuírem conhecimento sobre o que se pretendeu averiguar. A pergunta feita foi: “Cargo que ocupa na empresa?”. Na Tabela 5 mostram-se as respostas encontradas.

Tabela 5: Pergunta 1

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Sócio-administrador	33	80%
b) Gerente-financeiro	08	20%
c) Outro (especificar)	00	00

O segundo grupo de perguntas procurou verificar se os gestores financeiros das empresas tinham conhecimento de finanças e se buscavam atualizar ou mesmo adquirir conhecimentos sobre a área que administravam. Considerando que as pessoas que responderam ao questionário eram as que tinham a responsabilidade de gerir os recursos financeiros das empresas, medir o conhecimento delas é relevante para o contexto. Esse grupo de perguntas permite que seja analisado o quanto os administradores financeiros se preparam para administrar a empresa. Todavia, a pesquisa não objetivou verificar com profundidade qual conhecimento tinham, mas apenas o aspecto básico da gestão financeira de uma pequena empresa: o fluxo de caixa. Esse grupo de perguntas foi constituído da Pergunta 2: “O que é Fluxo de Caixa?” e Pergunta 3: “Qual a periodicidade com que você participa de cursos ou treinamentos voltados para a área financeira?”.

Tabela 6: Pergunta 2

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Confronto entre recebimentos e pagamentos de caixa	18	44%
b) Confronto entre receitas e despesas	18	44%
c) Não sei	05	12%

Tabela 07: Pergunta 3

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Bimestral	11	27%
b) Semestral	06	15%
c) Raramente	24	58%

O grupo 03 de perguntas, constituído da pergunta 04, foi estruturado de forma a permitir a averiguação sobre a periodicidade com que os respondentes faziam o planejamento financeiro da empresa numa perspectiva geral: “Qual a periodicidade com que você faz o planejamento financeiro da empresa?”. Essa pergunta buscou verificar se havia preocupação de analisar a empresa de forma sistêmica, porém dentro de uma perspectiva de curto prazo.

Tabela 08: Pergunta 4

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Semanal	13	32%
b) Quinzenal	03	7%
c) Mensal	09	22%
d) Raramente	16	39%

O grupo 04 de questões, de formal geral, permitiu o levantamento de dados quanto ao suporte de decisão e a existência de controles financeiros. Esse tema foi abordado nas perguntas de 05 a 09. A pergunta 05 analisou o controle de compromissos assumidos e receitas efetivamente

realizadas: “Qual a periodicidade com que é feito o caixa realizado (previsão de entrada de vendas já realizadas e saída de dinheiro por meio compromissos já assumidos na empresa)?”. Na pergunta 06, a intenção foi saber se a gestão financeira da empresa possuía controle das retiradas de dinheiro pelo sócio ou sócios, por isso, perguntou-se: “Como se dá a retirada de dinheiro por parte do (s) sócio (s)?”. A pergunta 07 foi elaborada para verificar se os gestores sabiam qual era a inadimplência: “Sobre a inadimplência da empresa, você sabe de quanto ela é?”. As perguntas 08 e 09 foram estruturadas para medir se efetivamente o gestor tem conhecimento da situação de liquidez da empresa. Nesse sentido, a questão 08 perguntou: “Você sabe qual a situação de liquidez da empresa? Se sobra dinheiro para aplicar ou falta para quitação de obrigações? E a 09: “Você sabe com qual taxa se captam recursos (pegar dinheiro emprestado?)”.

Tabela 9: Pergunta 5

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Semanal	18	44%
b) Quinzenal	01	2%
c) Mensal	11	27%
d) Raramente	11	27%

Tabela 10: Pergunta 06

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Apenas pelo pró-labore	23	56%
b) Pró-labore e outros valores em dinheiro	07	17%
c) Pró-labore e pagamento de conta (s) pessoal (is) do (s) sócio (s)	11	27%

Tabela 11: Pergunta 7

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Sei com exatidão	26	63%
b) Tenho uma ideia aproximada	12	30%
c) Não sei	03	7%

Tabela 12: Pergunta 08

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Falta dinheiro para pagamento dos compromissos	13	32%
b) Sobra dinheiro na empresa, por isso faço aplicação	08	19%
c) Não sei	20	49%

Tabela 13: Pergunta 9

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) 0 a 1% ao mês	10	24%
b) 1 a 2% ao mês	11	27%
c) 2 a 3% ao mês	06	15%
d) Não sei	14	34%

Por fim, o último grupo de perguntas é constituído da pergunta 10 que indagava: “A empresa possui assessoria frequente (ao menos uma vez por mês) de algum dos profissionais abaixo?”. Essa pergunta foi inserida no questionário porque se procurava saber se as empresa possuíam algum suporte que lhes pudesse proporcionar conhecimento para melhorar o sistema de informação financeira.

Tabela 14: Pergunta 10

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PARTICIPAÇÃO
a) Administrador	05	12%
b) Advogado	04	10%
c) Contador	32	78%
d) Outro	00	00%

4 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

A análise do conhecimento que um gestor possui sobre a área que ele administra é importante quando se fala no planejamento de recursos. Como foi referenciado, o planejamento é uma das questões para o correto aproveitamento de investimentos em SI. Dessa forma, a pesquisa verificou se os gestores possuíam um conhecimento básico sobre gestão financeira. Nesse sentido, percebeu-se que 66% não possuem tal conhecimento, conforme a Tabela 06 indica, considerando apenas a opção “a” como verdadeira.

Analisando a questão da ausência de busca por conhecimento, conforme a Tabela 07, que trata de cursos e treinamento, verifica-se que os gestores não atentam para esta necessidade, pois 58% raramente buscam o aprimoramento do próprio conhecimento para atender às demandas que a gestão financeira exige.

O planejamento também é questão que chama atenção na pesquisa, considerando que 39% dos que responderam ao questionário poucas vezes dedicam tempo na elaboração de projetos estratégicos para direcionar a empresa. Todavia, tem-se que a maior parte das empresas volta-se para o planejamento com periodicidade frequente, porque 61% o fazem ao menos uma vez por mês.

Tratando de informações que podem dar suporte aos gestores quando forem tomar alguma decisão sobre a aplicação ou tomada de recursos financeiros para as empresas, evidenciou-se que 46% das empresas fazem a projeção de caixa numa periodicidade capaz de estar satisfatoriamente atualizada, ou seja, até uma vez a cada quinze dias. A estruturação da liquidez do caixa na empresa é importante, pois ela é a principal forma de verificar se há necessidade de captar recurso para cobrir eventualmente um caixa negativo. Ficou evidenciado que uma parte significativa dos gestores não possui essa informação, conforme a Tabela 12. Nela, 49% dos gestores não sabem qual a situação do caixa da empresa. Outro fator que colabora para a falta de informação está mencionada na Tabela 10. Foi levantado que 44% dos proprietários procedem a retiradas que vão além do pró-labore determinado para o seu pagamento mensal.

A questão mais demonstrada como satisfatória na pesquisa é a análise que se pode fazer sobre o controle da inadimplência, conforme a Tabela 11. Das empresas, 63% têm conhecimento pleno da representatividade que elas têm e 30% possuem uma ideia aproximada. Outro ponto que pode ser bem avaliado na Tabela 13 é o conhecimento da taxa de captação de recurso, se a empresa precisar incorrer nisto. De toda a amostra, apenas 34% não sabe qual taxa é possível obter no mercado para a captação de recurso.

Por fim, o questionário capturou uma informação que deve ser analisada pela área acadêmica e profissional na Tabela 14: 100% das PMEs possuem contato frequente, por isso entendem-se, ao menos uma vez ao mês, com profissionais: contador (78%), administrador (12%) ou advogado (10%). Esses profissionais poderiam ajudá-las no aprimoramento ou implantação de rotinas que contribuiriam com o conhecimento da situação financeira da empresa. Também poderiam ser úteis no planejamento de um SI ou interpretação de informações disponíveis.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que a maior parte das empresas não tem um sistema de informação financeiro, pois 27% dos respondentes não faziam a projeção de caixa (contas a pagar e receber), e outros 27% o fazem numa periodicidade esparsa, ou seja, uma vez por mês, e dos 41 gestores entrevistados, 49% nem ao menos sabiam se a situação financeira era positiva ou negativa.

É verdade que o custo para se implementar um sistema de informação distancia as PME de sistemas customizados, todavia, há de se notar que, conforme relatado no referencial teórico, o valor necessário para investimento num SI vem gradativamente diminuindo, prova disso é o acesso a tecnologias, posto que 75% das empresas possuem ao menos um microcomputador que pode servir de estrutura para formação de um SI.

Os gestores das PME precisam se conscientizar da importância de um SI que os auxilie nas decisões que devem tomar. A falta de preparo deles para o negócio está caracterizada pela falta de informação cuja aquisição não representa uma prioridade, já que 60% dos que responderam ao questionário não se preocupam em angariar conhecimento para melhor gerir o negócio que administram.

Dessa forma, o estudo procurou averiguar se existia um sistema de informação que unisse os gestores com informações financeiras, restando evidenciado que não. Todavia, o presente trabalho não pode ser generalizado a outras regiões, pois se tratou de uma verificação localizada na cidade de Uberlândia/MG, o que, portanto, limita as conclusões.

Devido à restrição comentada, a sugestão de desenvolvimento de conhecimento futuro que se propõe é a ampliação da amostra ou aplicação em outra amostra de diversos locais para futuras comparações de resultados. Outra possibilidade de pesquisa é a averiguação nas PME que possuem um sistema de informação, analisando os componentes que constituem tal sistema e viabilizando uma possível avaliação de sua eficácia, baseando-se nos critérios qualitativos da informação.

A pesquisa na forma em que foi estruturada não permitiu que se verificasse em profundidade o contexto das empresas, por conseguinte, outra sugestão que se faz é a análise mais detida sobre quais as reais condições das pequenas e microempresas. Para tanto, sugere-se a aplicação de questionários não estruturados por meio de entrevistas com os gestores ou a constituição de outro questionário que seja apto a elucidar melhor os grupos de perguntas que não foram aprofundadas, tal como conhecimento da área em que atuam.

REFERÊNCIAS

ALVIM, P. C. R. C. O Papel da Informação no Processo de Capacitação Tecnológica das Micro e Pequenas Empresas. Ci. Inf. [online]. v. 27, n.1, pp. 28-35. Brasília: 1998.

AMARAL, L. A. M. DO. *PRAXIS Um Referencial para o Planejamento de Sistemas de Informação*. (Tese) Programa de Pós-Graduação da Universidade do Minho. Portugal: 1994.

ANDRADE JR., C. R. DE. A Construção de um Sistema de Informação Baseada em Indicadores de Banco de Teses e Dissertações para Apoiar a Gestão de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu.

(Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2003.

BARRETO, A. de A. *A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas*. Revista Ciência da Informação [online]. v.28, n.2, pp. 168-168. Brasília: 1999.

BERALDI, L. C.; FILHO, E. E. *Impacto da Tecnologia de Informação na Gestão de Pequenas Empresas*. Revista Ciência da Informação. v. 29, n. 1, pp. 46-50, Jan.-Abr./2000. Brasília: 2000.

BRASIL. Lei 11.638 de 28/12/2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 13 dez. 2009.

_____. Lei Complementar 123 de 14/12/2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BUENO, A. M.; LEITE, M. L. G.; PILATTI, L. A. *Empreendedorismo e Comportamento Empreendedor: como transformar gestores em profissionais empreendedores*. XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Florianópolis: Nov./2004.

COLOSSI, N.; DUARTE, R. C. *Determinantes Organizacionais da Gestão em Pequenas Empresas (PMEs) da Grande Florianópolis/SC*. Revista Teoria e Evidência Econômica. v. 8, n. 14, pp. 55-75. Passo Fundo: 2000.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*. Aprovado em 04 de dezembro de 2009. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/PME.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

FILHO, J. R.; LUDMER, G. *Sistema de Informação: que ciência é essa?*. Revista de Gestão e Tecnologia e Sistemas de Informação. v. 2, n. 2, pp. 151-166. São Paulo: 2005.

FILHO, T. F.; CALDAS, M. A. F. *O Uso da Tecnologia da Informação que Integra a Cadeia Produtiva nas Pequenas Empresas do Comércio Varejista do Município do Rio de Janeiro*. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói: 2008.

FILHO, M. P. C. *Os Sistemas Informação e as Modernas Tendências da Tecnologia e dos Negócios*. Revista de Administração de Empresas. V. 34, n. 6, pp. 33-45. São Paulo: 1994

GIMENEZ, F. A. P.; PELISSON, C.; KRUGER, E. G. S.; HAYASHI JR, P. *Estratégia em Pequenas Empresas: uma aplicação do modelo de miles e snow*. Revista de Administração Contemporânea. [online]. V. 3, n.2, pp. 53-74. Curitiba: 1999.

GITMAM, L. J. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. *Teoria da Contabilidade*. 7. reimpr. Atlas: 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia Científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

- MATARAZZO, D. C. *Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENDES, J. V.; FILHO, E. E. *Sistemas Integrados de Gestão ERP em Pequenas Empresas: um confronto entre o referencial teórico e a prática empresarial*. Revista Gestão e Produção. v. 9, n. 3, p. 277-296, Dez/2002. São Carlos.
- MORESI, E. A. D. *Delineando o Valo do Sistema de Informação de uma Organização*. Revista Ciência da Informação [online]. v.29, n.1, pp. 14-24. Brasília: 2000
- OTTOBONI, C.; PAMPLONA, E. O. *Proposta de Pesquisa para Avaliar a Necessidade de se Medir o Desempenho Financeiro das Micro e Pequenas Empresas*. XXI ENEGEP. Salvador: 2001.
- PEREIRA, M. F. F. *Gerenciamento da Informação: um diagnóstico da micro e pequena empresa industrial de Londrina*. (Dissertação). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2003.
- PORTER, M. E. *Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- SERVIÇO DE APÓIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO, SEBRAE-SP. *10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas*. São Paulo: SEBRAE-SP, 2008.
- TARAPANOFF, K.; ARAUJO JUNIOR, R. H.; CORMIER, P.M. J. *Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação*. Ci. Inf. [online]. 2000, v.29, n.3, p. 91-100.